

# PUBLICIDADE LEGAL



## GRUPO K1 S.A.

CNPJ: 00.912.882/0001-61

### Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Tupandi, 18 de maio de 2026. A Administração.

**Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.**

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo Circulante	Nota	Controladora		Consolidado		Resultado	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024			2025	2024	2025	2024			2025	2024		
<b>Circulante</b>																	
Caixa e equivalentes de caixa	4	80.494	26.476	81.768	27.099	Fornecedores	12	56.838	46.156	59.231	47.350	Resultado	18	784.854	732.300	801.867	750.579
Contas a receber de clientes	5	182.452	134.090	184.656	140.555	Empréstimos e financiamentos	13	98.171	71.744	98.224	71.850	(-) Custo dos produtos vendidos	20	(501.800)	(469.894)	(513.693)	(483.812)
Estoques	6	85.673	83.854	93.507	86.327	Impostos e contribuições a recolher	14	16.690	15.400	17.376	16.082	<b>(=) Lucro bruto</b>		<b>283.054</b>	<b>262.406</b>	<b>288.174</b>	<b>266.767</b>
Impostos a recuperar		6.211	2.988	6.660	3.026	Salários a pagar		6.208	5.057	6.498	5.326	Despesas comerciais	21	(178.056)	(139.294)	(182.402)	(142.364)
Adiantamentos		6.686	5.864	6.893	6.003	Provisão de férias e encargos		14.477	11.093	14.948	11.448	Despesas gerais e administrativas	21	(75.365)	(60.800)	(83.552)	(62.326)
Despesas antecipadas		753	1.297	774	1.297	Distribuições de lucros a pagar	15	8.825	6.295	8.825	6.295	Outras receitas (despesas) operacionais	22	26.674	9.124	28.401	11.247
Outros créditos		1.330	1.009	1.626	1.025	Outras contas a pagar		17.786	22.764	19.187	23.263	Resultado de equivalência patrimonial	9	(5.848)	1.850	-	-
<b>Total circulante</b>		<b>363.599</b>	<b>255.578</b>	<b>375.884</b>	<b>265.332</b>	<b>Total circulante</b>		<b>218.995</b>	<b>178.529</b>	<b>224.289</b>	<b>181.614</b>	<b>(+/-) Despesas/receitas operacionais</b>		<b>(232.595)</b>	<b>(189.120)</b>	<b>(237.553)</b>	<b>(193.443)</b>
<b>Não circulante</b>						Empréstimos e financiamentos	13	309.296	211.276	309.296	211.329	<b>(=) Lucro oper. antes do res. financeiro</b>		<b>50.459</b>	<b>73.286</b>	<b>50.621</b>	<b>73.324</b>
Aplicação financeira LP	4	1.067	1.027	1.067	1.027	Impostos e contribuições a recolher	14	7.024	7.889	7.370	7.889	Receitas financeiras		6.906	3.802	7.181	3.789
Outros créditos		713	2.314	713	2.314	IRPJ e CSLL diferidos	8	55.964	53.021	56.319	53.272	Despesas financeiras		(57.628)	(48.421)	(58.277)	(48.551)
Partes relacionadas	7	18.225	20.543	3.402	8.457	Partes relacionadas	7	11.257	10.953	11.404	10.954	<b>(=) Resultado financeiro líquido</b>	23	<b>(50.722)</b>	<b>(44.619)</b>	<b>(51.096)</b>	<b>(44.762)</b>
IRPJ e CSLL diferidos	8	12.230	12.258	14.804	14.517	Distribuições de lucros a pagar	15	32.146	-	32.146	-	<b>(=) Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>(263)</b>	<b>28.667</b>	<b>(475)</b>	<b>28.562</b>
		<b>32.235</b>	<b>36.142</b>	<b>19.986</b>	<b>26.315</b>	Provisões para garantias		192	210	196	215	(-) IR e contribuição social - corrente	24	(46)	(4.906)	(46)	(4.906)
Investimentos	9	5.201	5.626	136	63	Provisões para contingências	16	5.034	1.892	5.034	1.924	(-/+ ) IR e contribuição social - diferidos	8	(2.970)	(1.823)	(2.759)	(1.715)
Propriedades para investimentos	10	22.171	13.132	22.171	13.132	Outras contas a pagar		2.000	3.000	2.750	3.916	<b>(=) Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>(3.279)</b>	<b>21.938</b>	<b>(3.280)</b>	<b>21.941</b>
Imobilizado	11	327.092	322.875	339.026	332.864	<b>Total não circulante</b>	17	<b>422.913</b>	<b>288.241</b>	<b>424.515</b>	<b>289.499</b>	<b>Lucro (prej.) liq. do exerc. atribuível à:</b>					
Intangível		2.219	3.519	2.219	3.519	Capital social		60.015	60.015	60.015	60.015	Acionista controlador		(3.279)	21.938	(3.279)	21.938
		<b>356.683</b>	<b>345.152</b>	<b>363.552</b>	<b>349.578</b>	Reserva de reavaliação		24.617	25.886	24.617	25.886	Acionista não controlador		-	-	(1)	3
<b>Total não circulante</b>		<b>388.918</b>	<b>381.294</b>	<b>383.538</b>	<b>375.893</b>	Reserva de lucros		20.111	84.201	20.111	84.201	<b>(=) Lucro (Prejuízo) do exercício</b>		<b>(3.279)</b>	<b>21.938</b>	<b>(3.280)</b>	<b>21.941</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>752.517</b>	<b>636.872</b>	<b>759.422</b>	<b>641.225</b>	Outros resultados abrangentes		5.866	-	5.866	-	<b>Result. abrang. p/ó exerc. liq. de impostos</b>		<b>2.587</b>	<b>21.098</b>	<b>2.586</b>	<b>(840)</b>
						Patr. líquido atrib. aos acion. não controlad.		110.609	170.102	110.609	170.102	<b>Demonstrações do Resultado Abrangente</b>					
						<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>110.609</b>	<b>170.102</b>	<b>110.609</b>	<b>170.102</b>	<b>Resultado</b>					
						<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>752.517</b>	<b>636.872</b>	<b>759.422</b>	<b>641.225</b>	Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.279)	21.938	(3.280)	21.941

Saldos em 31 de dezembro de 2023	Reserva de Lucros				Reserva de resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação dos acionistas minoritários	Total Consolidado
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de lucros a destinar					
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	21.938	21.938	3	21.941
Realização reserva de reavaliação	-	-	-	(840)	-	772	(68)	-	(68)
(-) Constituição de reservas	-	1.097	4.889	12.736	-	(18.722)	-	-	(18.722)
Distribuição de lucros	-	-	-	(9.270)	-	(3.988)	-	-	(3.988)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>60.015</b>	<b>7.128</b>	<b>12.983</b>	<b>64.090</b>	<b>25.886</b>	<b>170.102</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>170.112</b>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(3.279)	-	(1)	(3.280)
Realização reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	541	-	-	(728)
Reclas. AVJ propriedades p/invest.	-	-	-	(1.269)	-	5.966	-	-	-
Compensação prejuízo do exercício	-	-	-	(8.704)	-	8.704	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(55.386)	-	-	-	-	(55.386)
Ajuste acumulado de conversão	-	-	-	-	(100)	(100)	-	-	(100)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>60.015</b>	<b>7.128</b>	<b>12.983</b>	<b>-</b>	<b>24.617</b>	<b>5.866</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>110.618</b>

### Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

**1. Contexto Operacional:** O Grupo K1 S.A. é uma sociedade anônima, com sede na Cidade de Tupandi, no Estado do Rio Grande do Sul, possui uma área de 200 mil m² e aproximadamente 2.100 colaboradores. O Grupo K1 S.A. tem por objetivo explorar isoladamente ou cumulativamente as atividades de indústria, comércio e exportação de móveis; importação de produtos, matéria-prima e móveis; indústrias de móveis de metal e utensílios domésticos. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com atendimento à Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09. A administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, correspondendo às utilizadas por ela na sua gestão. Ressaltamos ainda que as práticas contábeis consideradas materiais não foram incluídas nas demonstrações financeiras e aquelas necessárias estão sendo divulgadas juntamente com a nota explicativa relacionada. As demonstrações financeiras do Grupo K1 S.A. foram aprovadas em reunião de diretoria realizada em 18 de maio de 2026. **a) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das suas controladas mencionadas abaixo:

Nome	Principal atividade	País sede	% participação	
			2025	2024
Grupo K1 Nordeste S/A	Fabricação de móveis	Brasil	99,80%	99,80%
K1 North America MX, S. de R.L.	Fabricação de móveis	México	100%	-
K1 Group North America LLC	Fabricação de móveis	Estados Unidos	100%	100%

**b) Critérios de Consolidação:** No processo de consolidação os saldos de transações entre as empresas foram eliminados e descaçadas as parcelas de lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas/quotistas minoritários. **3. Principais Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir: **a) Critérios de apuração das receitas e despesas:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. **b) Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. As demonstrações financeiras da Companhia incluem certas estimativas referentes ao valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, provisões para contingências, provisão para perdas sobre créditos e outras avaliações similares. Os resultados das transações podem apresentar variações em relação às estimativas quando de sua realização no futuro, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente, ajustando-as, quando aplicável. **c) Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os elementos integrantes do ativo e do passivo de longo prazo foram submetidos aos ajustes para reconhecimento do valor presente. O mesmo tratamento foi aplicado aos itens de curto prazo, naqueles casos em que os efeitos apurados foram considerados relevantes. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo. Os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em valores de caixa, são considerados como equivalente de caixa. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos de curto prazo. Aplicações com prazo de resgate acima de um ano são contabilizadas no longo prazo. **e) Contas a receber de clientes:** Os valores a receber são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa, em 31 de dezembro de 2025, correspondia em média, 1,35% a.m. **f) Estoques:** Os estoques de produtos prontos e em elaboração foram avaliados pelo custo de produção. Os estoques de matérias primas, materiais auxiliares, materiais de embalagem e materiais de consumo, estão registrados pelo custo médio de aquisição, acrescidos dos gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis, que não excede o valor de mercado. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **g) Partes relacionadas:** Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram os resultados do período, relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. **h) Investimentos:** Os investimentos nos quais a Companhia possui influência significativa são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. **i) Propriedade para investimento:** As propriedades para investimento são reconhecidas inicialmente pelo custo de aquisição, incluindo gastos diretamente atribuíveis à transação. Após o reconhecimento inicial, essas propriedades são mensuradas pelo método do valor justo, conforme previsto no CPC 28. As variações decorrentes da mensuração ao valor justo são reconhecidas diretamente no resultado do exercício, na rubrica de receitas ou despesas operacionais, no período em que ocorrem. As propriedades classificadas como propriedades para investimento não são depreciadas enquanto mantidas sob o critério de mensuração a valor justo. **j) Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear durante a vida útil de cada bem, estimada pela Administração. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. **k) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social, corrente e diferido, são registrados com base no lucro tributável e alíquotas vigentes de acordo a legislação fiscal, sendo 15% para o IRPJ, mais o adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação e 9% para a contribuição social. **l) Conversões de operações em moeda estrangeira:** A moeda funcional da companhia é o real (R\$). Transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas às taxas de câmbio vigentes na data de cada transação.

Os direitos e obrigações em moeda estrangeira são convertidos para moeda funcional pela taxa de câmbio da data de fechamento. Os ganhos e perdas de variações cambiais são reconhecidos na demonstração do resultado. **m) Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **n) Fornecedores:** Os valores a pagar são registrados e mantidos no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses débitos, acrescidos das variações monetárias ou cambiais, quando aplicáveis. O valor presente é calculado com base na taxa estimada de juros das compras a prazo. A referida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Essa taxa, em 31 de dezembro de 2025, correspondia em média, 1,35% a.m. **o) Empréstimos e financiamentos:** Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescido dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros. **p) Demais passivos circulantes e não circulantes:** Estão demonstrados por seus valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos, encargos e atualizações monetárias incorridas até a data do balanço, e no caso dos ativos, retificados por provisão para perdas quando necessário. **q) Teste de recuperabilidade de ativos ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. O Grupo K1 baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

**Carlos Luiz Sost** - Sócio - Diretor - CPF: 446.587.100-72  
**Celso Theisen** - Sócio - Diretor - CPF: 467.759.270-53  
**Daisa Schaedler Erbes** - Contadora CRC/RS 076386/0-3 - CPF: 991.914.900-49

### Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Diretores da **Grupo K1 S.A.** Tupandi - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do GRUPO K1 S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as principais políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos

que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Porto Alegre, RS, 18 de maio de 2026.

**Carlos Alberto dos Santos** - Contador - CRCRS nº 69.366  
**TATICCA Auditores Independentes S.S.** - CRCRS nº 009308/F - CVM 12.220